

Escola admite que qualidade do ensino privado caiu

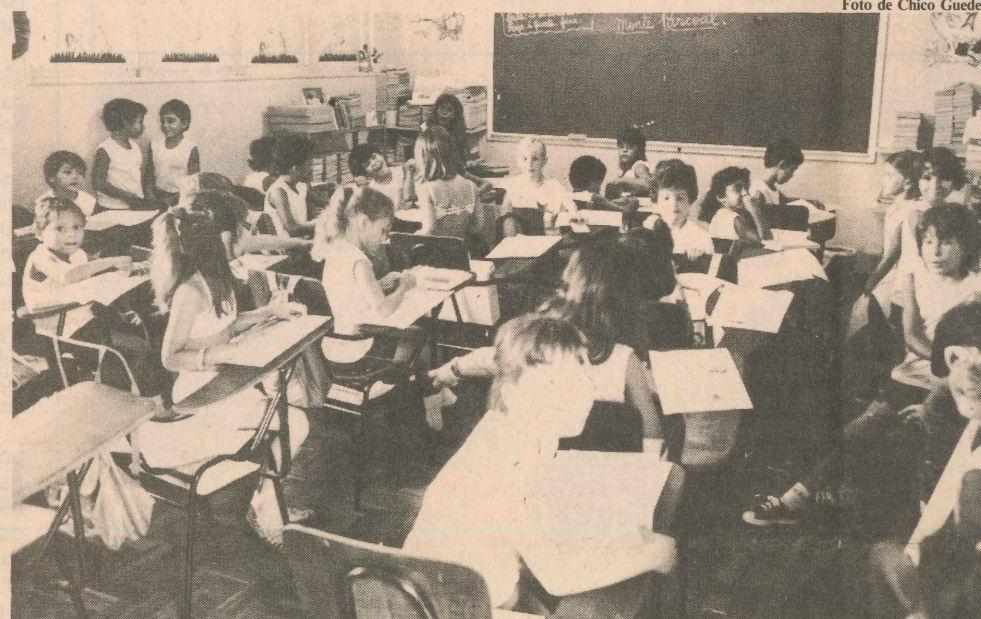
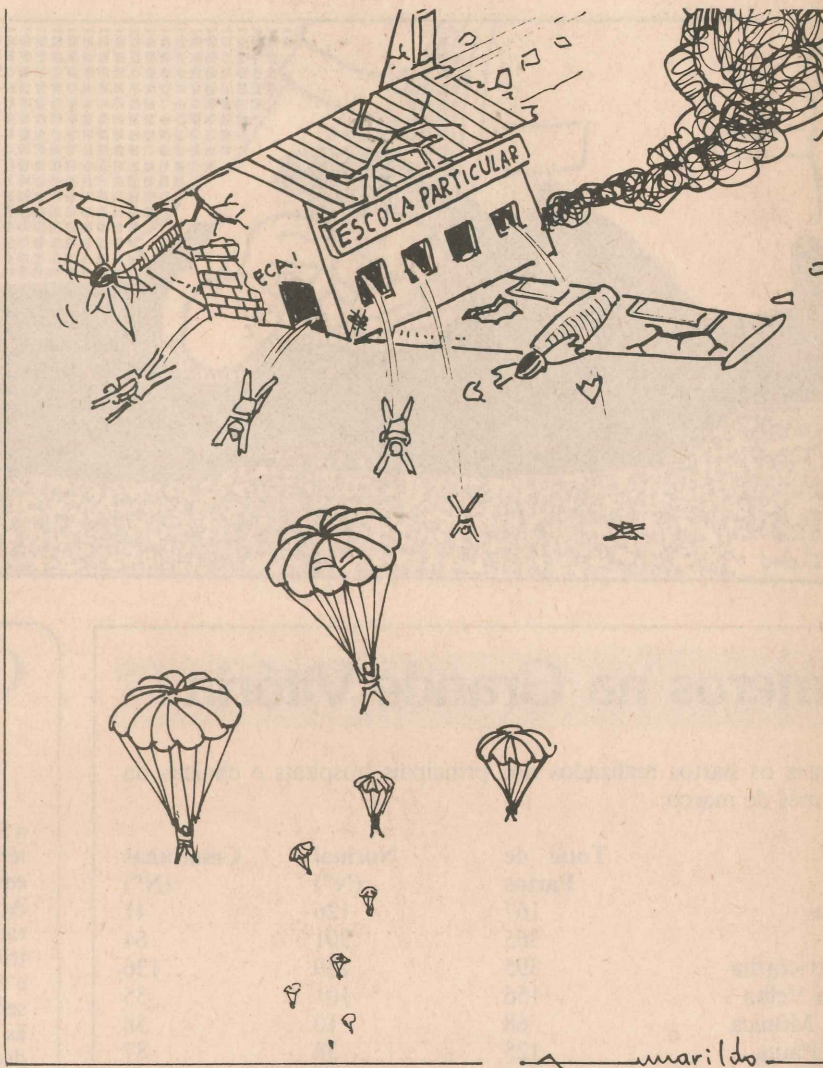
Sylvio Costa

A qualidade de ensino nas escolas particulares vem caindo progressivamente e pode cair ainda mais caso não haja maior flexibilidade para a fixação das semestralidades escolares. É o que afirma o presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino, Adelino Quinamor Ferreira, que reconheceu que os estabelecimentos não podem atualmente oferecer os mesmos serviços disponíveis até algum tempo atrás e vêm sendo levados inclusive a cometer inúmeras irregularidades por questão de sobrevivência. Os professores concordam num ponto: a qualidade tem sido cada vez mais deixada de lado. Sem falar dos baixos salários, hoje inferiores aos vencimentos pagos pela rede pública. Para o presidente do Sindicato dos Professores, Giovanni Lívio, as escolas particulares vêm se degradando de tal maneira que passou o tempo em que eram vistas a melhor alternativa de emprego para o magistério. Enquanto isso, a Secretaria de Educação divulga estatísticas que mostram que, embora estejam aumentando no geral, as matrículas têm caído nos estabelecimentos privados.

Tido por muitas décadas como a nata do ensino no Espírito Santo, o Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória era até a última sexta-feira o epicentro de uma crise que levou 38 escolas da Grande Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim à greve. Àquela altura, ele era um dos seis estabelecimentos que se mantinham com as portas fechadas.

Elas só reabrirão na terça-feira, depois de seus professores terem arrancado da direção da escola o compromisso de conceder um reajuste de 140% sobre os salários de dezembro através de um acordo feito em separado. A paralisação do magistério privado, porém, é uma trama que não se encerrou.

A greve persiste em quatro instituições de ensino (Passionista), Monte Serirat, Cristo Rei e Faculdade de Filosofia de Cachoeiro) e, segundo as lideranças do movimento, pode retomar o seu vi-



Número de alunos diminui 7%

De acordo com os dados fornecidos pelo Departamento de Auditoria e Documentação Educacional da Secretaria de Educação, o número de matrículas na rede particular de ensino está caindo. De 1984 para 1986, o total de alunos matriculados nos estabelecimentos privados caiu em 7%, embora como um todo as matrículas tenham crescido 4,5% durante o período.

Para o presidente do Sindicato dos Professores, Giovanni Lívio, o fenômeno se deve à incapacidade de muitos pais arcarem com os custos do ensino privado, o que lhes obrigaria a transferir os seus filhos para instituições públicas. Já o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Adelino Quinamor Ferreira, coloca em dúvida a confiabilidade das estatísticas da Sedu.

Segundo a secretária, foram feitas no início do ano letivo de 1986 (dado mais recente disponível) 567.583 matrículas em um total de 4.974 escolas, das quais 228 eram particulares, 1.093 municipais, 3.648 estaduais e cinco federais. Deste total, 3.817 escolas situavam-se na zona rural e 3.307 eram instituições unidocentes,

ou seja, tinham uma única sala e um só professor.

De 85 para 86, o número de matrículas na rede particular caiu 4,82%. A queda foi maior na pré-escola, onde as matrículas iniciais tiveram uma redução de 37,07%. A maior taxa de crescimento se verificou na rede pública municipal, onde houve um aumento de 19,67% no ensino pré-escolar. Na rede privada, o total de matrículas iniciais apurado pela Sedu foi de 74.975.

Contestação

Enquanto Giovanni atribui a queda de matrículas nas escolas particulares aos preços das semestralidades, Adelino Quinamor contesta: "Temos no sindicato 150 escolas filiadas e acredito que o número de estabelecimentos existentes hoje é da ordem de 300, bem mais do que dizem as estatísticas da Sedu. O problema é que há inúmeras escolas que começam a funcionar enquanto é encaminhado o processo de autorização e reconhecimento no Conselho Estadual de Educação. Por isso, oficialmente, elas não existem. Quanto ao número de

alunos matriculados, estimo que esteja girando atualmente em torno de 120 mil".

De qualquer maneira, Adelino admite que pode ter ocorrido queda no total de matrículas. Mas ressalva: "Isto não porque a procura caiu, sim porque diminuiu a oferta de vagas. Embora a qualidade de ensino tenha caído nos últimos anos em consequência do processo de descapitalização por que vêm passando as escolas particulares, elas ainda oferecem o melhor ensino e são bastante procuradas".

E aproveitou para alfinetar a Sedu: "A secretária não vê a escola particular como integrante do sistema estadual de ensino. Ela só se manifesta para nos ameaçar ou nos punir, embora a Constituição Federal obrigue o Poder Público a apoiar o ensino privado".

Estejam ou não corretos os dados da secretária, a verdade é que eles mostram que o Espírito Santo teve em 1984, 542.373 matrículas iniciais, sendo 80.316 na rede particular. Em 85, foram 555.468 matrículas para 78.589 nas escolas particulares (incluindo pré-escola, 1º e 2º graus). Em 86, esses números mudaram respectivamente para 567.583 e 74.975.

O número de alunos em escolas particulares caiu 7%, de 1984 a 1986. Também caiu a qualidade do ensino nestes estabelecimentos. Os donos das escolas admitem que a situação econômica tem provocado esta queda e os professores denunciam irregularidades

mãos era a melhor. Este mito se transferiu para os demais estabelecimentos privados, que passaram a cobrar um alto preço pela educação que dava. A imagem vendida era de que, quanto mais caro, melhor o ensino. O que não é verdade".

"Antes" — prosseguiu — "se o aluno saía de uma escola pública e ia para uma escola particular, sentia muita dificuldade para se adaptar porque o ensino era considerado muito mais puxado nos estabelecimentos particulares. Agora, se isto ainda existe, ocorre num grau bem menor. Os salários estão tão baixos que o profissional de educação hoje é qualquer um. É aquele que a escola consegue pagar. Os melhores professores estão ou deixando a escola particular ou trabalhando em vários lugares para sobreviver. Antigamente, o desejo de todo professor era trabalhar num colégio particular, onde os salários e as condições de trabalho eram melhores.

pagar os professores e a escola está se tornando um colégio tradicional, uma escola que tem professor, quadro e giz".

Previsão Sombria

O diretor do Colégio Salesiano, padre Duile de Assis Castro, conduz na mesma linha a sua argumentação: "Tenho que ser sincero. A qualidade de ensino caiu, não só no Salesiano como em todas as escolas. É uma coisa generalizada. Temos uma mensalidade para 1º grau de Cz\$ 366. Por 25 horas-aulas semanais, o aluno paga menos do que se exige para frequentar um curso com duas ou três horas semanais de inglês, judô ou natação. E esses cursos cobram o que querem. Já uma escola, para aumentar a semestralidade, precisa de autorização do Governo e dos pais".

o movimento, pode retornar o seu vigor inicial caso os patrões se neguem a assinar a convenção coletiva nos termos negociados em reuniões realizadas na Delegacia Regional do Trabalho: 100% sobre os vencimentos de dezembro, sem prejuízo do pagamento do gatilho salarial.

Seja qual for o seu desfecho, a manifestação teve grande repercussão. Atônita, a opinião pública capixaba — que, pouco antes, se surpreendera com a greve no vetusto Colégio Sagrado Coração de Maria — viu cruzarem os braços os professores de alguns dos mais tradicionais ou elitistas colégios do Estado, como o Americano, o Marista, o Nacional e as escolinhas Crescer e Monteiro Lobato.

O pior é que o movimento contribuiu para se divulgar uma imagem das escolas particulares bastante diferente daquela apregoada até algum tempo atrás. Denúncias de irregularidades trabalhistas, salários escorchantes e de péssimas condições de trabalho foram fartamente apresentadas. E eram os próprios professores que procuravam demonstrar que a proclamação de prioridade administrativa e pedagógica dos estabelecimentos privados é hoje um mito em vias de desmoronar.

Gato por lebre

O professor Hélio Rosetti Júnior, diretor da Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, afirma: “Sala de aula pouco ventilada, mal iluminada, de péssima acústica e com mais de 100 alunos; professores ganhando pouco além do salário mínimo; prédio escolar fisicamente ameaçado; banheiros imundos e deficientes e cantinas condenáveis pela Saúde Pública não são características de uma escola pública de periferia, mas

sim — talvez para espanto da classe média — das principais escolas particulares da Grande Vitória”.

Ele investe contra as chamadas “escolas de fundo de quintal”, que andaram proliferando pelo Espírito Santo afora, às quais acusa de oferecer muito menos do que o mínimo necessário para se produzir ensino de razoável nível. E garante que também os grandes colégios praticam irregularidades: “Muitas escolas não assinam a carteira de trabalho dos professores; impõem jornadas diárias de trabalho de até 15 horas, quando a lei prevê o máximo de seis horas por dia e dão preferência às pessoas não habilitadas para o magistério, que se contentam com salários mais baixos”.

Rosetti não tem dúvidas: “O ensino particular se transformou em mercadoria de péssima qualidade e, para oferecer este produto com baixos custos e muito lucro, transformou-se o professor em operário esgotado e malremunerado. E o estudante virou um consumidor que, pagando caro por uma mercadoria deteriorada e de peso adulterado, tem comprado sempre gato por lebre”.

Mágica para sobreviver

Adelino Quinamor Ferreira, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Espírito Santo, não endossa todas as afirmações do professor, mas reconheceu: “As escolas particulares se descapitalizaram de tal forma nas duas últimas décadas que hoje estão muito mais preocupadas com a sua sobrevivência do que com a qualidade de ensino”.

Apontando a sua metralhadora giratória contra o Poder Público, o empresário dispara: “A escola particular tem sido vítima de total desprezo por

parte do Governo. Não há subsídios nem isenção de impostos. Ao contrário. Desde 1969, através do Decreto-Lei 532, o Governo Federal vem fazendo reajustes nas semestralidades escolares sempre inferiores aos índices inflacionários. Por isso, a escola paga mal aos professores e tem feito mágica para sobreviver”.

Uma mágica, admite Adelino, que tem custado caro aos alunos: “Várias atividades antes existentes nas escolas particulares deixaram de ser oferecidas por medida de economia. É o caso de formaturas, visitas, piqueniques, reuniões pedagógicas... A mensalidade escolar hoje, depois do aumento de 100%, está custando em média Cz\$ 300 e tem escola que cobra Cz\$ 180. Claro que o que era oferecido até 20 anos atrás não pode ser oferecido agora. Daí a notícia de estabelecimentos que descumprem a legislação trabalhista ou que aumentam o número de alunos nas salas de aula. Isto não acontece porque assim a escola quer, mas porque ela é obrigada a fazer por sua atual situação financeira”.

Analfabetos em massa?

Não se trata, no entanto, de uma questão estritamente econômica. Nem de um problema meramente conjuntural. A crise que põe a nu as mazelas do ensino privado parece ser algo bem mais sério. Os resultados do último vestibular da Ufes são uma pequena prova disto. Embora um grande contingente dos candidatos a uma vaga na universidade viessem de estabelecimentos particulares, mais de 40% dos 16.243 inscritos foram eliminados em um único exame, o de Língua Portuguesa.

Estarão as escolas de 1º e 2º Graus formando gerações inteiras de semi-

alfabetizados? Qual a qualidade do conhecimento nelas transmitido? A atriz e produtora Denise Martins não pede tempo para responder. “A maioria das escolas particulares está hoje no mesmo nível das escolas públicas, ou seja, num nível péssimo”, comentou, sem hesitar.

Mas a sua experiência com a rede pública também não foi bem sucedida. Ficou “um ano na fila” para conseguir vaga para o seu filho na Escola de 1º Grau Álvaro Castro de Mattos, em Jardim da Penha, que é mantida pela Prefeitura de Vitória. “Só que ela deixa muito a desejar, e tirei”, contou. “Fiquei mais dois anos para arrumar vaga na Escola Monteiro Lobato. Estou me desdobrando para pagar a mensalidade de Cz\$ 709 cobrada pela escola. O que eu não podia era deixar o meu filho nas outras duas escolas onde ele já estudou. Em uma delas, a Escola Brasileira (Jardim da Penha), fui reclamar da qualidade do ensino e me disseram que o colégio apenas cumpria as obrigações legais e que ensinar era só em casa...”

Professor particular há 16 anos e presidente do sindicato da sua categoria, Zeferino Carlesso opina: “Não vejo diferença mais entre a escola pública e a particular. O ensino está todo ruim. São muito poucos os estabelecimentos que ainda oferecem um ensino de bom nível”. Para ser coerente com o que pensa, ele pretende matricular a partir do próximo ano os seus dois filhos em instituições públicas de ensino. Como já fez neste ano com um de seus garotos (que frequenta a Escola de 1º Grau Cerqueira Lima, em Jardim América, da rede estadual de ensino).

O atual presidente do Sindicato dos Professores, Giovanni Lívio, analisa: “Durante muito tempo, as instituições religiosas conseguiram criar o mito de que a educação que estava nas suas

escolas particulares, não os salários e as condições de trabalho eram melhores. Atualmente, é o contrário. O desejo dos professores é ir para a rede pública”.

Quadro-negro e giz

No início deste ano, a remuneração na rede particular oscilava entre Cz\$ 1 mil 300 e Cz\$ 2 mil. Na rede pública estadual, nenhum professor ganhava menos de Cz\$ 2 mil 900. De acordo com o sindicato, grande parte dos cerca de 6 mil professores privados existentes no Estado percebe vencimentos inferiores ao salário mínimo. Giovanni citou pelo menos um exemplo concreto: a Escola Monte Serrat, em Vitória (Centro), onde eram pagos Cz\$ 990 mensais para o docente ministrar 25 horas-aulas semanais até fevereiro último.

Disse que a Santa Bárbara (Praia do Canto) há 12 anos não recolhe Fundo de Garantia e as contribuições previdenciárias. E que, no Salesiano, sequer os 20% de gatilho foram dados aos professores. Por essas e outras, 500 docentes pediram demissão no ano passado de estabelecimentos privados. O achatamento salarial também explica o fato de milhares de professores particulares terem participado do último concurso de ingresso realizado pela Secretaria de Educação, em 86. “Além dos vencimentos serem mais altos, o magistério público tem estabilidade no emprego”, justificou Giovanni Lívio.

Os proprietários de escolas aceitam em parte as críticas. Adelino, que também é diretor do Santa Bárbara, explicou: “É verdade. A escola não está recolhendo FGTS e as contribuições para a Previdência. Mas isto porque vem operando no vermelho há mais de 10 anos. Nossa escola foi criada com um método montessoriano, que levava o aluno a vivenciar na prática o que aprendia. Hoje, a receita mal dá para

Duile garante que o custo do ensino privado no Espírito Santo é bastante inferior ao de Estados vizinhos. E responde às acusações: “Realmente, não pagamos o gatilho em janeiro e fevereiro porque estávamos esperando a regulamentação da lei. Mas todos os gatilhos foram pagos em março. E hoje, se eu coloco menos alunos nas salas, a escola morre. No 1º e no 2º graus, temos por volta de 50 alunos por sala. E no pré-universitário, entre 90 e 100. Em plena era da informática, o colégio não pode fazer nada nessa área porque sua mensalidade é duas ou três vezes menor do que a de estabelecimentos do mesmo nível localizados no Rio, em São Paulo e Belo Horizonte”.

Giovanni relativiza as queixas das escolas: “A perda de receita ocorrida com os estabelecimentos particulares não foi tão grande quanto o rebaixamento salarial que eles impuseram aos professores”. Adelino rebate: “Mas pagar professor não é a nossa única despesa. Temos que pagar luz, conservar os prédios escolares e arcar com outros gastos que estão subindo bem mais do que os 100% de reajuste da semestralidade autorizados pelo Conselho Estadual de Educação”.

E concluiu, em tom quase sombrio: “Antes, as escolas eram mais repressivas. As relações entre professor e aluno não eram tão abertas. Por outro lado, o magistério era melhor preparado culturalmente, recebia melhores salários e tinha maior prestígio social. Quer dizer, a escola agora está mais aberta mas a qualidade de ensino caiu. E a verdade é que nem os 100% nem os reajustes especiais superiores que serão dados às escolas que comprovarem que estão no vermelho irão repor a qualidade perdida”.